

O PLANO REAL E O DESEMPENHO DA AGRICULTURA

Carlos Nayro Coelho⁽¹⁾

1. Introdução

Recentemente, tanto na imprensa especializada, como nos meios acadêmicos e empresariais, tem havido muita discussão acerca do desempenho da agricultura nos últimos dez anos e notadamente após a implantação do plano de estabilização, em 1994. Alguns defendem o ponto de vista de que nesse período o setor agrícola foi prejudicado por um decréscimo significativo na renda agrícola, provocado por uma queda generalizada nos preços, importações predatórias e aumentos na produtividade, muito aquém dos obtidos nos grandes blocos agrícolas mundiais.

Particularmente após o Plano Real, visto que foi a "âncora verde" do plano, o setor sofreu uma brutal transferência de renda para os consumidores, na forma de preços mais baixos para os produtos da cesta básica. Ademais, a produção interna não foi suficiente para garantir a estabilização ou queda (em termos reais) dos preços agrícolas, os quais teriam sido garantidos, nos níveis praticados, após a introdução da nova moeda, por um crescimento substancial nas importações. O resultado líquido teria sido uma crise na economia agrícola brasileira de grandes proporções, sintetizada na desestruturação da produção nacional de algodão e trigo, no baixo nível de capitalização do setor e no aumento no nível de desemprego.

Segundo os defensores desse

ponto de vista, o quadro se agravava mais ainda por uma política cambial equivocada, que levou a uma grande sobrevalorização do Real, prejudicando sobremaneira o desempenho das exportações agrícolas, facilitando as importações e em última instância sendo responsável pela queda nos superávits da balança comercial agrícola. Alguns economistas chegaram a estabelecer uma correlação direta entre a taxa cambial e a queda na renda da agricultura.

Evidentemente, num setor caracterizado historicamente por forte ingerência do Estado e no qual atualmente as disputas político-ideológicas se misturam com reivindicações de natureza puramente comercial e financeira, esse tipo de avaliação tende sempre a carregar um forte viés conceitual para refletir os interesses e os objetivos dos grupos envolvidos. Torna-se, portanto, necessária uma avaliação isenta desses tipos de influência, feita com base em conceitos claros e dados precisos, para que o setor público tenha condições de tomar as decisões econômicas relativas à agricultura baseado em um conjunto de informações e análises tecnicamente sólidas e confiáveis.

Nesse sentido é que se tentará, nesse trabalho, elaborar uma análise do desempenho da agricultura em termos da estrutura produtiva, renda e comércio exterior, na fase que engloba o período 1987 a 1997, com especial ênfase no desempenho do setor após o Plano Real.

Para efeito de análise, a evolução da agricultura pode ser dividida em três fases. A primeira, que vai até meados da década de sessenta, foi caracterizada pelo predomínio quase que absoluto do café e do açúcar na economia agrícola brasileira, em face da pouca importância que se dava às tentativas de se usar a imensa base geográfica nacional na produção de grãos e pela política deliberada de se extrair, principalmente via confisco cambial, o máximo de excedentes da agricultura para financiar o processo de industrialização. Essa fase culminou no início da década de sessenta com uma grande crise de abastecimento de alimentos, que obrigou o governo a reformular o modelo de política agrícola existente.

A segunda fase, que engloba o período situado entre meados da década de sessenta e meados da década de oitenta, iniciou-se com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e com uma reformulação geral da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), numa tentativa de se promover a expansão e modernização da produção de grãos em nível nacional, e tudo que ela representa em termos de efeitos dinâmicos (avicultura, agroindústria, fornecimento de insumos etc.) na economia. Nessa fase, a aplicação em larga escala do crédito rural, com elevadas doses de subsídios, conjugada com os instrumentos de suporte da PGPM, permitiu a expansão e consolidação da produção de grãos, baseada principalmente na incorporação de novas áreas. No período 1961/70, a produção cresceu 4,91% ao ano, a área plantada 4,99%, enquanto a produtividade teve índice negativo (-0,08%). No período 1971/1980, a produção cresceu 5,62%, a área plantada 4,27% e a produtividade apenas 1,35%. A manutenção desse modelo de expansão foi inviabilizada pela elevação da taxa de inflação, que gradativamente aumentou o volume de subsídios (em

⁽¹⁾ PhD em Economia pela Universidade de Missouri-Columbia (EUA) e pesquisador da Secretaria de Política

BR9901973

1980 a taxa real de juros cobrada chegou a atingir -38,8%) e praticamente eliminou as fontes não inflacionárias de recursos (depósitos à vista).

A terceira fase iniciou-se depois de meados da década de oitenta, com uma forte perspectiva de mudanças na filosofia de intervenção governamental (causada principalmente pela crise fiscal do Estado), traduzida na eliminação dos subsídios ao crédito rural, por meio do uso de indexadores e com uma mudança no modelo de crescimento da agricultura, com maior ênfase à produtividade, mormente a partir da década de noventa. Nessa fase aconteceram os dois fatos econômicos que até o momento têm dominado as articulações estruturais na economia e na agricultura brasileira: a abertura da economia para o comércio internacional, a partir de 1991, e a introdução do Plano Real em 1994.

Não resta dúvida que os efeitos positivos da abertura da economia e da estabilização da moeda em termos de melhorias nos padrões de consumo e bem-estar da sociedade brasileira como um todo são muito significativas. Todavia, é indiscutível que qualquer processo amplo de mudanças no sistema econômico, como o enfrentado pelo Brasil nos últimos anos, nunca é neutro, e sempre prejudica alguns segmentos, notadamente

os que lucravam com as formas de funcionamento da estrutura anterior, e que tiveram dificuldades de adaptação às novas regras.

No tocante à agricultura, não se pode dizer que representava um setor que, no geral, lucrava com a situação anterior. Pelas características organizacionais do sistema produtivo, é evidente que a grande maioria dos agricultores (constituída de pequenos), responsável por grande parte da produção agrícola nacional, da mesma forma que a grande massa dos trabalhadores assalariados (rurais e urbanos), não se defendia ou se defendia mal do imposto inflacionário. E, de acordo com os arquivos históricos, as questões relativas ao abastecimento doméstico e não o protecionismo agrícola sempre condicionaram as decisões de política econômica relativas ao comércio exterior agrícola. Basta verificar as grandes importações de milho, arroz, feijão, trigo, leite, ocorridas na época em que o pensamento autárquico dominava as decisões na área externa brasileira. Vale então perguntar: onde estão os produtores rurais de uma maneira geral? Entre os que estavam sendo penalizados e agora estão em melhor situação ou entre os que estavam sendo penalizados e assim continuam?

Evidentemente, trata-se de uma pergunta de difícil resposta, dada a complexidade do universo agrícola brasileiro e o dinamismo das variáveis que comandam o processo de produção. Contudo, é possível o estabelecimento de alguns cortes, separando o geral do particular, isto é, separando os indicadores de desempenho global da economia agrícola brasileira, de situações extremas, seja de progresso ou de crise.

Assim, impõe-se destacar primeiramente o comportamento da produção e produtividade agrícola nos últimos dez anos, dos produtos que são dominantes na formação da renda agrícola, no abastecimento interno e nas exportações, considerado um período suficientemente amplo para definir uma tendência, que inclui tanto o impacto da abertura comercial, como o do Plano Real. O Quadro 1 mostra a evolução da produção dos principais produtos agrícolas no período 1987/1997, e dos principais produtos pecuários (carne de frango, carne bovina e carne suína). Alguns produtos como amendoim, castanha-de-caju, sisal e mamona, embora não tenham muita importância na formação da renda ou no abastecimento interno, foram incluídos devido à sua importância regional. Para efeito de comparação será utilizado o método

Quadro 1
Produção Agrícola e Pecuária

Produtos	1987 (Mil t)	1988 (Mil t)	1989 (Mil t)	1990 (Mil t)	1991 (Mil t)	1992 (Mil t)	1993 (Mil t)	1994 (Mil t)	1995 (Mil t)	1996 (Mil t)	1997* (Mil t)
Alg. Herb.	1.613	2.435	1.813	1.783	2.041	1.863	1.127	1.350	1.424	986	834
Amendoim	196	167	151	138	141	172	152	159	169	154	136
Arroz	10.419	11.809	11.044	7.421	9.488	10.006	10.108	10.496	11.227	9.990	9.214
Banana ¹	513	512	550	551	554	562	558	572	572	561	550
Batata	2.327	2.295	2.132	2.234	2.267	2.432	2.368	2.355	2.626	2.498	2.523
Cacau	392	393	356	321	329	341	330	319	287	257	282
Caná	4.405	2.738	3.060	2.930	3.041	2.589	2.538	2.617	1.859	2.666	2.493
Açúcar	268.741	258.413	252.643	262.674	260.888	271.475	244.344	292.070	301.585	324.951	322.607
Caju	104	133	144	108	186	108	77	126	164	165	182
Cebola	854	780	797	869	888	896	929	1.019	907	963	896
Feijão	2.007	2.809	2.311	2.234	2.743	2.797	2.478	3.256	2.913	2.822	2.942
Fumo	397	431	446	445	414	576	638	519	453	473	610
Laranja ²	73.569	75.565	89.016	87.603	94.682	98.411	93.986	87.091	98.463	109.120	108.943
Mamona	104	148	129	148	139	102	43	32	32	43	109
Mandioca	23.464	23.668	23.668	24.322	24.536	21.919	21.837	24.452	25.538	24.190	24.966
Milho	26.803	24.748	26.373	21.348	23.624	30.306	30.031	32.487	36.275	31.784	34.219
Sisal	191	185	221	185	234	204	126	131	118	129	116
Soja	16.969	18.016	24.071	19.898	14.938	19.215	22.575	24.912	25.381	23.479	25.767
Tomate	2.049	2.407	2.177	2.261	2.344	2.141	2.348	2.678	2.700	2.607	2.603
Trigo	6.034	5.738	5.553	3.094	2.917	2.796	2.156	2.092	1.634	3.294	2.909
Uva	566	772	717	885	648	800	787	807	829	732	839
Leite	12.078	12.492	12.996	13.521	14.093	14.484	15.079	15.784	15.662	19.004	20.524
Frango	1.798	1.947	2.082	2.356	2.627	2.872	3.144	3.491	4.300	4.058	4.300
Porco	4.744	4.407	4.937	5.008	5.481	5.725	5.633	5.725	6.077	6.372	6.054
Sisal	1.200	1.100	950	1.020	1.130	1.130	1.260	1.330	1.340	1.660	1.770

Fonte: LSPA/IBGE.

Obs: (*) LSPA referente a Junho de 1997. Os dados de frango foram fornecidos pela UEA e dos demais carnes pelo IBGE. O dados de 1997 são preliminares.

(1) Safra em 1.000 cachos. (2) Safra em 1.000 frutos. (3) Em Milhões de Litros. (4) Eq. Carcaça

Elaboração: MA/SPA/DEPLAN.

ponta a ponta, já que tanto 1987 como 1997 são anos considerados normais, ou seja, em que a estrutura produtiva não foi afetada por eventos climáticos ou econômicos relevantes, os quais quando ocorrem mudam o resultado final da safra, e, portanto, a direção dos sinais.

Conforme indica o Quadro 1, no tocante aos produtos agrícolas, no período 1987/1997, alguns deles apresentam nítida tendência de queda, outros de estabilização e outros de crescimento. No primeiro grupo está o algodão, cuja produção chegou a atingir 2,4 milhões de toneladas em 1988, caindo para pouco mais de 800 mil toneladas em 1997; o amendoim (-31%), e o cacau (quase 30%) decresceram no período 1987/97, o sisal teve queda de 40%; o trigo que chegou a mais de 6 milhões de toneladas em 1987, em 1997 produziu apenas 2,9 milhões de toneladas (uma queda de 52%); e o café, cuja produção caiu de 4,4 milhões de toneladas em 1987 para 2,5 milhões em 1997 (-43,2%). Vale notar que, no caso do café, como o Brasil é "price maker," essa queda foi compensada por elevações substanciais nos preços, como será visto mais adiante.

No caso do trigo, trata-se do reconhecimento de que o Brasil não tem vantagem comparativa, nem condições de produzir trigo numa escala suficiente para torná-lo auto-suficiente, sem uma volumosa transferência de subsídios ao setor produtivo, o que não tem sentido na nova ordem econômica mundial.

No caso do algodão, a abertura para o comércio exterior fez aflorar uma crise estrutural que atingia o setor algodoeiro há várias décadas, causada pela ausência de novas tecnologias e baixa produtividade, que culminou com o desaparecimento da cultura em várias regiões. Contudo, vale enfatizar dois pontos com relação ao algodão. O primeiro é que certamente o Brasil tem condições de produzir algodão em larga escala para suprir o consumo doméstico e exportar grandes excedentes, só que isso deverá ocorrer com o setor operando

dentro de novo padrão competitivo, com o uso de tecnologias adequadas e novas estratégias de comercialização. O segundo, é que quando se fala na crise do algodão, fala-se logo em desemprego, com as cifras variando entre 800.000 e 1.000.000 de desempregados. É evidente que se for adotada uma relação linear qualquer, estabelecendo o número de pessoas empregadas por hectare na produção de algodão, pode-se chegar a essas cifras. (ver discussão adiante). Todavia, sabe-se que existe movimentação de mão-de-obra entre as culturas, e que importações também geram empregos em outros setores. Além disso, das exportações de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão de matérias têxteis, grande parte é constituída de algodão e derivados.

A crise estrutural do setor cacauzeiro é semelhante à do algodoeiro, e certamente será vencida por meio da aplicação de tecnologia e de novos procedimentos de comerciais dentro de uma política mais orientada para o mercado.

Entre os produtos com tendência de estabilização encontram-se o arroz, a batata, a banana, a cebola, e a mandioca. O arroz e principalmente a mandioca são produtos com baixa elasticidade renda e, portanto, o seu consumo não cresce com o aumento da renda. Em nível mundial, a produção de arroz está estabilizada, já que, ao contrário de outros produtos com elasticidade renda elevada como carnes e óleos vegetais, o consumo não está acompanhando o padrão de crescimento da renda per capita mundial, principalmente dos países em desenvolvimento. No Brasil, o sistema produtivo do arroz está passando por grandes transformações estruturais, com a crescente perda de espaço do arroz de sequeiro. Conforme será visto adiante, foi o grão que apresentou maior crescimento na produtividade nos últimos dez anos. Já a estabilidade da produção da cebola e da banana está ligada às características do sistema produtivo, que na banana é bastante rígido (sequeiro) e na cebola obedece a impulsos de curto prazo.

Os demais, incluindo carnes, apresentam nítida tendência de crescimento da produção. A cana-de-açúcar cresceu 20% entre 1987 e 1997, a castanha-de-caju 74%, o fumo 53,4%, a laranja 48,1%, o tomate 30,0%, e a uva 48,1%. No grupo de grãos, exceto o trigo e o arroz, os demais apresentam tendência de crescimento; no período mencionado, a produção de feijão cresceu 45%, a de milho 27,6% e a da soja 52,6%.

Na pecuária, conforme dados preliminares, a produção de frango teve um desempenho surpreendente: cresceu 133,6% entre 1987 e 1997. A produção de leite aumentou 55%, a de suínos 49% e a de carne bovina 31,2%.

Os efeitos imediatos do Plano Real no nível de produção agrícola não são facilmente perceptíveis por vários motivos. O primeiro é que o plano, a despeito de ter criado um novo ambiente econômico e de mercado mais favorável à atividade produtiva, não isolou o passado, isto é, não eliminou os vínculos, principalmente financeiros, com o passado, fazendo com que pelo menos nos dois primeiros anos o lado benéfico do plano tenha sido de certa forma amortecido por taxas de juros reais muito elevadas e por problemas de endividamento do setor contraído anteriormente. Assim é que o aumento significativo na produção de grãos em 1995 foi seguido de uma queda razoável, mas não catastrófica, como muitos chegaram a prever, na safra 1995/96. No entanto, dado o clima de pessimismo e de crise vivido na época do plantio, talvez a queda inicial prevista de mais de 20%, não tenha se concretizado já em consequência dos efeitos benéficos da estabilização.

De qualquer maneira, a recuperação na safra 1996/97 e o crescimento surpreendente na produção de frango e leite após o Plano Real (a produção de frango cresceu mais de 35% e de leite mais de 28%), mostram que o plano não causou danos à agricultura via uma brutal transferência de renda para os consumidores, como muitos apregoam. Na mais recente tentativa de se realizar esse tipo

de transferência, feita durante o Plano Cruzado e durante outros planos posteriores (via tabelamento de preços), a resposta foi fulminante: falta generalizada de alimentos nos supermercados que, diga-se de passagem, não foi solucionada por importações.

Outra variável importante em termos de avaliação de desempenho é a produtividade. Como mencionado na introdução, a evolução da produtividade agrícola brasileira nos últimos dez anos, bem abaixo da obtida pelos grandes blocos agrícolas mundiais, seria também uma das causas (ou o sintoma) da grave crise setorial. Caso seja verdadeiro esse argumento, realmente há uma lógica subjacente, pois uma agricultura em crise profunda não teria capacidade de investimento e, portanto, estaria presa no círculo vicioso da estagnação.

Para verificar a sua validade utilizaram-se os dados de produtividade dos Estados Unidos e do Brasil no período 1987/97, enfocados no Quadro 2, que inclui os quatro principais grãos (arroz, milho, soja e trigo), que constituem a base do complexo alimentício mundial.

Como pode ser observado, no período 1987/97, afora algumas variações causadas por fatores climáticos (como em 1988 e 1992) a produtividade do milho nos EUA manteve-se praticamente estável, com ligeira tendência de crescimento (5% entre 1987 e 1997).

Já no Brasil, a tendência de crescimento é bem acentuada, e no período em estudo cresceu mais de 20%. No caso do trigo nos EUA a tendência de estabilidade é clara: entre 1987 e 1997, praticamente não houve ganhos de produtividade. No Brasil, em consequência do processo de produção ter se tornado mais seletivo, a produtividade cresceu mais de 10%.

Quanto à soja nos Estados Unidos, observa-se uma tendência de crescimento mais acentuada do que a do milho (cresceu 10,3% no período), mas bem inferior à do Brasil, que chegou a 22,3%.

No arroz, a produtividade dos EUA permaneceu a mesma nos últimos dez anos. No Brasil, atingiu 48,3%, o maior índice de crescimento entre os produtos mencionados.

É importante salientar que o índice de crescimento do milho e do arroz foi bastante prejudicado pela inclusão do Nordeste no cálculo da média brasileira. Essa região produz apenas 8% da produção nacional de milho e ocupa mais de 27% da área do produto, com a produtividade de menos 900kg/ por hectare. Caso o Nordeste fosse retirado dos cálculos, a produtividade média brasileira em 1987 seria de 2.200kg por hectare, a de 1997 de 3.150kg e o crescimento no período 1987/97 atingiria 43%, contra 20% da média nacional.

No arroz, o Nordeste ocupa 31,3% da área e responde por 18,5% da produção, com a produtividade também estagnada em torno de 1300kg por hectare. Sem essa região, a média nacional teria passado em 1997 para mais de 3000kg por hectare (em 1987 a média foi de 1.770kg por hectare) e o acréscimo na produtividade de quase 70%, contra os 48,3% na média nacional.

O único produto que apresentou um aumento considerável na pro-

ductividade, na Região Nordeste foi o feijão. Levando em conta a série, a partir de 1988 (já que 1987 tratou-se de um ano atípico devido a problemas climáticos na região) a evolução da produtividade da cultura alcançou 41,7%. No Centro-Sul, no mesmo período alcançou 34%. Todavia a produtividade do Nordeste não chega a 55% da produtividade do Centro-Sul e, apesar de contribuir com 52% da área total de feijão, responde por apenas 37% da produção. Em 1988 a região contribuía com 50% da área e respondia por 34% da produção. O Quadro 3 mostra a evolução da área, produção e rendimento do feijão, no Brasil, Nordeste e na Região Centro-Sul.

Todos esses dados, em princípio, mostram três fatos importantes. O primeiro é que a produtividade brasileira dos principais grãos, mesmo incluindo o Nordeste, cresceu muito acima da produtividade americana, o que contraria a teoria de que a agricultura brasileira estaria em

Quadro 2
Evolução da Produtividade
1987-1997

	Milho		Trigo		Soja		Arroz	
	EUA	Brasil	EUA	Brasil	EUA	Brasil	EUA	Brasil
1987	7.510	1.985	2.537	1.747	2.280	1.858	6.219	1.742
1988	5.291	1.879	2.295	1.655	1.820	1.713	6.174	1.982
1989	7.285	2.055	2.207	1.692	2.180	1.971	6.437	2.104
1990	7.429	1.874	2.658	1.153	2.295	1.732	6.191	1.880
1991	6.808	1.808	2.308	1.423	2.301	1.553	6.417	2.302
1992	8.244	2.283	2.645	1.429	2.530	2.035	6.423	2.135
1993	6.313	2.532	2.571	1.474	2.194	2.122	6.167	2.291
1994	8.869	2.363	2.530	1.552	2.786	2.164	6.678	2.379
1995	7.115	2.592	2.409	1.539	2.348	2.196	6.294	2.565
1996	7.899	2.262	2.396	1.797	2.490	2.189	6.548	2.558
1997	7.930	2.261	2.591	1.933	2.517	2.273	6.447	2.584

Fonte: USDA/IBGE

Quadro 3
Feijão
Área, Produção e Rendimento

Variável	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997*
Brasil											
Área (Mil ha)	5.202	5.781	5.181	4.680	5.434	5.149	3.884	5.402	4.963	4.673	4.601
Prod (Mil t)	2.007	2.809	2.311	2.234	2.745	2.797	2.478	3.256	2.913	2.702	3.016
Rend (Kg/ha)	386	486	446	477	505	543	638	603	587	578	656
Nordeste											
Área (Mil ha)	2.329	2.911	2.652	1.995	2.731	2.542	1.369	2.848	2.638	2.481	2.417
Prod (Mil t)	430	968	752	580	1.069	830	479	1.231	1.027	1.001	1.141
Rend (Kg/ha)	185	333	283	291	392	326	350	432	390	404	472
Centro-Sul											
Área (Mil ha)	2.873	2.870	2.530	2.685	2.703	2.606	2.515	2.554	2.325	2.193	2.184
Prod (Mil t)	1.578	1.841	1.559	1.654	1.673	1.967	1.999	2.025	1.855	1.701	1.875
Rend (Kg/ha)	549	641	616	616	620	755	795	793	811	776	859

Fonte: IBGE/LSPA
Elaboração: MA/SPA/DEPLAN
* Até Julho

crise, porque sua produtividade nos últimos dez anos cresceu bem menos do que a dos grandes blocos agrícolas mundiais.

Na realidade, esses indicadores levam mesmo a concluir que, se realmente existe crise na agricultura, ela não é tão abrangente ou generalizada como muitos apregoam, pois contraria a lógica econômica de qualquer sistema: com crise profunda não existe capacidade de investimento e sem investimento não há crescimento na produtividade. Excluindo a parte nordestina, onde a produção agrícola tem sido historicamente problemática devido à concentração de problemas sócio-econômicos e climáticos, torna-se mais difícil ainda caracterizar uma situação de crise generalizada nas demais regiões brasileiras (responsáveis por quase 90% da produção nacional de grãos).

O segundo fato é que esses dados derrubam, de uma vez por todas, a velha teoria dos que ainda acreditam na separação entre produtos de mercado doméstico e de mercado internacional (tradables e nontradables), de que os produtos de mercado doméstico têm sido particularmente prejudicados pelas políticas agrícolas, principalmente nos últimos anos. E como os dados mostram, não houve reversão de tendência após a implantação do Real.

O terceiro é a comprovação de que a economia agrícola nordestina continua em crise, porque permanece operando com métodos rudimentares de cultivo e baixa produtividade; nessa condição, qualquer outra área do resto do Brasil, operando dentro dos padrões nordestinos, logicamente também tende a enfrentar os mesmos problemas.

Dessa forma, a Política Agrícola deve atuar em duas variantes. Uma destinada a criar um ambiente econômico e de mercado favorável à expansão e consolidação da estrutura produtiva que está de alguma forma absorvendo as inovações tecnológicas e comerciais. Essa variante envolve basicamente uma redução nos custos de transação, que ainda são muito elevados no Brasil, comparando com outros países. A outra de natureza mais social, destinada a ajudar os agricultores que ainda estão excluídos do processo de transformação da agricultura, e ajudá-los na fase de transição.

Finalmente, vale salientar que, após três safras (1995, 1996 e 1997), em que os benefícios de uma economia estabilizada para o sistema produtivo não puderam ser transferidos completamente para a agricultura na safra 1997/98, os primeiros números relativos à venda de insumos e equipamentos mostram uma retomada no processo. A venda de fertilizantes e defensivos aumentou mais de 18% no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado. De acordo com dados setoriais, as vendas de tratores e colheitadeiras devem crescer mais de 40% em relação ao ano anterior. Note-se ainda que, desde a eliminação dos subsídios ao crédito rural em 1985, nunca o juro real atingiu níveis tão baixos como os verificados no financiamento da safra que está sendo plantada.

3- O Comportamento da Renda Agrícola

No centro das discussões sobre a situação da agricultura, está o comportamento da renda agrícola. A maioria das estimativas apresentam queda significativa nos últimos dez anos, algumas chegando a -33% entre 1987 e 1997 e outras a -28,3% entre 1987 e 1997⁽²⁾.

Em 1995, quando foi apresentada na imprensa uma estimativa de queda na renda agrícola de 25%, entre 1994 e 1995, como consequência direta do Plano Real, foi publicado um trabalho mostrando os problemas nos cálculos da renda, causados pelo uso de alguns deflatores, principalmente o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que é o índice normalmente utilizado para corrigir preços agrícolas⁽³⁾.

Na época foi mostrado que o IGP-DI carrega em sua estrutura um vício, que faz com que os preços deflacionados antes do Plano Real, sejam superdimensionados e, portanto, a renda agrícola. Assim, surgem quedas brutais nas estimativas de renda como as mostradas nas estimativas mencionadas.

Para demonstrar novamente o problema com a utilização do IGP-DI, pode-se tomar como exemplo os preços recebidos pelos produtores da soja, do milho e do trigo, em julho de 1988, comparando com os preços convertidos em dólar, pela taxa de câmbio praticada no mesmo mês, e

Quadro 4
Comparativo de Preços

	Soja	Milho	Trigo
IGP-DI (Julho 88)	0,000054	0,000054	0,000054
IGP-DI (Junho 97)	141,207	141,207	141,207
Preço Produtor (nom.)	3.288,6	1241,6	2.076,0
Preço Produtor (real)	R\$ 38,45	R\$ 14,53	R\$ 24,27
Preço Produtor (real)	US\$ 18,13	US\$ 6,84	US\$ 11,44
Preço Chicago (real)	US\$ 23,00	US\$ 8,71	US\$ 9,90
Taxa de Câmbio (Julho 88)	215,87	215,87	215,87

Fonte: FGV e CONAB

Obs. Os preços estão em unidades de 60 kg e os em dólar estão deflacionados pelo IPA-EUA.

⁽²⁾ A primeira foi apresentada pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e a segunda em "O Plano Real e a Agricultura Brasileira: Uma Avaliação", por Fernando Hornum de Mello.

⁽³⁾ Coelho, Carlos Nayro, "Os Problemas no Cálculo da Renda Agrícola", Revista de Política Agrícola, ano IV número 4, dez 1995.

com os preços vigentes no mesmo mês no mercado internacional. O Quadro 4 resume os resultados.

Para se deflacionar o preço ao produtor (em moeda da época) adotou-se o seguinte procedimento: primeiramente dividiu-se o valor nominal (\$3.288,6 no caso da soja) pelo IGP-DI do mês(0,0000054), em seguida eliminou-se 6 zeros, para compensar as duas vezes em que a moeda brasileira sofreu cortes de zeros, no período 1987 a 1997, depois dividiu-se por 2.236,02(que segundo a FGV é o número correto para preços agrícolas), para transformar o número obtido em Real, para depois multiplicar por 141,207, que é o IGP-DI de junho de 1997, para levar a base para esse mês. O resultado obtido foi o preço de R\$ 38,45 para o saco de 60 kg de soja. Como esse preço está em valores de junho de 1997, convertendo em dólar, pela cotação em vigor nesse mês (R\$ 1,08/dólar) obtém-se US\$ 35,60/60kg.

Como o Quadro 4 mostra, esse preço é cerca de 96,4% superior ao preço ao produtor, transformado em dólar e deflacionado (US\$ 18,13) e cerca de 54,8%, superior ao preço do produto em Chicago, também deflacionado (US\$ 23,00). Essa mesma distorção, como mostra o Quadro 2 é encontrada nos demais produtos.

O Gráfico I permite uma visualização melhor da distorção, utilizando-se a média de preços anualizada, na forma em que ela é usada para calcular a renda agrícola.

O argumento de que essa distorção entre o preço em dólar e o preço em reais deflacionado ocorre em virtude de defasagem cambial, perde validade, na medida em que se constata que a distorção também se evidencia com relação aos preços de Chicago, e esses certamente não sofrem influência de defasagem cambial no Brasil. Além disso, observa-se no gráfico uma correlação perfeita entre os preços ao produtor convertidos em dólar, e as cotações da CBOT(Bolsa de Chicago) e entre os preços em reais e em dólar, de-

pois do plano Real. Será que depois do Real desapareceu a defasagem cambial?

Por essa razão, quando os preços deflacionados pelo IGP-DI são utilizados nas estimativas da renda agrícola, transfere-se essas distorções para os cálculos, o que acarreta os índices significativos de quedas mostrados nos trabalhos mencionados. Como, por exemplo, pode a renda ter caído 25% entre 1994 e 1995, se nesse ano a safra de grãos, que é a base do sistema, chegou a quase 79 milhões de toneladas contra 74 milhões no ano anterior, a de laranja e cana-de-açúcar cresceram 13%, com os preços da soja praticamente estabilizados no mercado internacional, os preços do milho com alta de 12%, os de trigo com alta de 19%, os de algodão com alta de 25% (a produção subiu 5,2%), os de laranja com alta de 10,5% e os de arroz estabilizados? Na realidade, entre os principais produtos, somente o feijão e o café foram prejudicados. O feijão com uma queda de 36% nos preços e 9% na produção e o café com queda de 29% na produção e preços estáveis. É obvio que isso seria insuficiente para provocar uma queda real de 25% na renda, que para qualquer setor teria sido catastrófico.

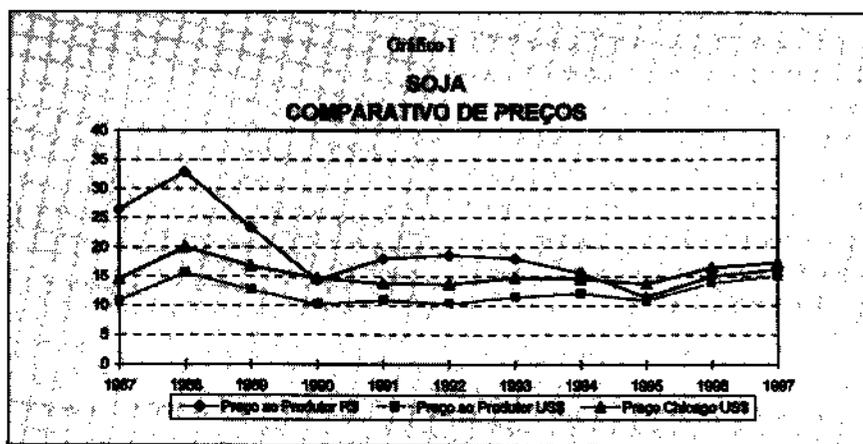
Da mesma forma, é impossível aceitar números que indicam queda de até 33%, na renda agrícola nos últimos dez anos, levando em conta a elevação substancial nos pre-

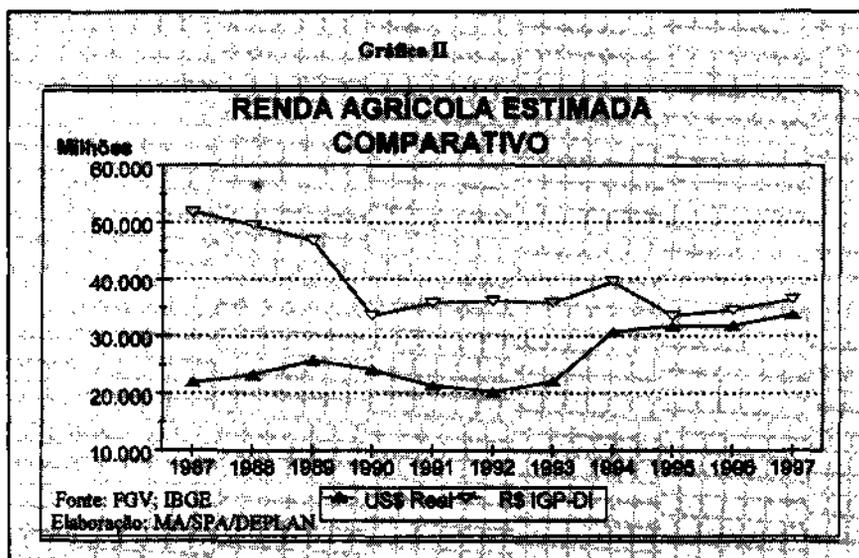
ços dos commodities agrícolas, notadamente a partir de 1995; ainda o crescimento de mais de quase 25% na produção de grãos, 48% na produção de laranja, 20,2% na de cana-de-açúcar, 54% na de fumo. A produção de café realmente caiu bastante(-43,2%), mas o preço subiu 83,8%. Além disso, com uma queda de renda nos níveis apresentados, jamais o setor agrícola teria tido capacidade de investimento para alcançar os níveis de produtividade que as estatísticas revelam.

Conclui-se então que a melhor maneira de se efetuar os cálculos sobre a evolução da renda agrícola, que incluía anos anteriores ao Plano Real, é utilizando-se o dólar americano real como indexador e como valor de referência. Por tratar-se de uma moeda de curso internacional e ser aceita como valor de referência, em praticamente todos os setores da economia mundial, o uso do dólar contorna as distorções embutidas no índice da FGV e permite a obtenção de indicadores mais condizentes com a realidade factual.

O Gráfico II mostra uma comparação entre as estimativas da renda, em dólar real e aplicando-se o IGP-DI como indexador.

O Gráfico II demonstra a mesma situação observada no gráfico de preços, com a diferença entre as duas estimativas ampliando-se quando alguns anos passados são incorporados à série analisada. Depois de 1995, a correlação é quase perfeita.





O Gráfico confirma também que as estimativas feitas com o IGP-DI apresentam uma queda de mais de 30% entre 1987 e 1997 e de 15% entre 1994 e 1995. Utilizando o dólar, entretanto, a situação muda completamente: entre 1987 e 1997 as estimativas apresentam um crescimento real de 54,85%, um aumento de 3,6% entre 1994 e 1995 e apenas ligeiro crescimento em 1996, como reflexo da queda de 7% na safra de grãos, de certa forma compensada por grandes aumentos nos seus preços e nos preços do fumo. Para 1997, a estimativa é de que a renda real deve atingir US\$ 33,8 bilhões, cerca de 6,33%, superior ao ano anterior.

Outro aspecto que chama a atenção na evolução de renda no período, é a mudança de patamar ocorrida após 1994. Enquanto antes desse ano a renda girava em torno de US\$ 22 bilhões, a partir de 1994 passou a girar em torno dos US\$ 31 bilhões, estimando-se que chegue a quase US\$ 34 bilhões em 1997. Esse fato ocorreu basicamente em função de mudanças significativas no patamar de preços de alguns commodities, importantes na formação da renda agrícola. Entre 1993 e 1994, o preço do café subiu 140,8%, o da laranja 68,4%, o da cana-de-açúcar 24,8%, o da batata 93,2%, o da banana 63,1%, o do tomate 64,0% e do algodão 25,0%. Nos principais

grãos, a despeito de a grande elevação nos preços ter ocorrido apenas no ano seguinte, a produção cresceu bastante (soja 10,7%, milho 8,0%) e os preços permaneceram estáveis. No caso do feijão a produção cresceu 35,4% e o preço 45,35%. No arroz a produção cresceu 4% e os preços 17,6%. Com esses dois produtos, e principalmente com o feijão, cuja produção e preços cresceram consideravelmente no mesmo período, aparentemente ocorreu aumento de consumo em função da redistribuição de renda provocada no primeiro momento pela estabilização da moeda.

4-As Exportações Agrícolas

No tocante ao comércio exterior agrícola brasileiro, o argumento de alguns é, como foi visto,

de que a combinação de um câmbio sobrevalorizado, com a abertura da economia, está trazendo grandes danos à agricultura, tanto em termos de renda como em termos dos saldos na balança comercial agrícola.

Como é do conhecimento geral, a política comercial brasileira, até o início desta década, foi conduzida dentro de princípios mercantilistas. Numa visão moderna, os mercantilistas são nacionalistas econômicos que enfatizam os custos do comércio internacional para atividades ou regiões específicas, e geralmente reivindicam com muita ênfase o controle estatal do comércio e principalmente proteção tarifária, dentro do conceito de substituição de importações (auto-suficiência). No "background" político do pensamento mercantilista residia na idéia de que as regras internacionais de comércio corroem a soberania nacional, facilitam a exploração capitalista internacional, destroem empregos e ameaçam a segurança nacional. Em síntese, a idéia central mercantilista era de que exportar é bom e importar é ruim e, portanto, nas negociações comerciais, o objetivo era sempre obter máxima liberdade para exportar e mínima obrigação para importar.

Em termos de saldo, o Quadro 5 mostra que, ao contrário do que muitos propalam, o resultado não foi prejudicado pela abertura da economia a partir de 1991. Depois desse ano, a política comercial passou por uma transformação significativa na

Quadro 5
Comércio Agrícola na Balança Comercial Brasileira
US\$ Bilhões

Ano	Exportações			Importações			Saldo	
	Total	Agrícolas	%	Total	Agrícolas	%	Total	Agrícolas
1987	26,2	8,5	32,4	15,0	1,3	10,88	11,1	7,1
1988	33,7	10,6	31,4	14,6	0,9	13,39	19,1	9,0
1989	34,3	9,3	27,6	18,2	1,9	9,16	16,1	7,9
1990	31,4	8,3	26,7	20,6	2,3	8,70	10,7	6,2
1991	31,6	7,5	23,8	21,0	2,7	7,70	10,5	4,8
1992	36,1	1,6	24,0	20,2	2,2	9,24	13,5	6,4
1993	38,7	2,4	24,4	22,4	2,1	9,00	13,2	6,4
1994	41,3	2,3	24,4	31,0	4,0	8,09	10,3	8,2
1995	45,3	3,1	28,0	40,8	5,1	8,52	13,3	7,6
1996	47,7	3,2	30,4	39,2	6,1	8,72	15,0	8,4
1997	51,0	3,1	34,0	41,2	7,1	12,0	18,3	11,0

Fonte: SBCEX/MICT
(*) Previsão.

direção de uma economia mais aberta para o resto do mundo, tendo em suas linhas gerais sepultado os velhos princípios mercantilistas que nortearam a estratégia anterior. Até que ponto essa mudança foi realmente danosa para a agricultura e particularmente para as contas externas do setor?

Como pode ser visto no Quadro 5, apesar de as importações agrícolas terem crescido bem mais de que as exportações após a abertura comercial (125,9% contra 93,3%) na verdade, entre 1991 e 1996, os números do saldo mostram uma tendência nítida de crescimento, tendo chegado a US\$ 8,4 bilhões em 1996, comparado com US\$ 4,8 bilhões em 1991 (75% de crescimento). Para 1997, as primeiras estimativas apontam um saldo superior a US\$ 11 bilhões, cerca de 31% superior ao de 1996.

É evidente que uma liberalização maior do comércio agrícola mundial, já prevista nas regras da OMC, combinada com o imenso potencial da agricultura brasileira, deverá aumentar mais ainda o papel da agricultura no equilíbrio das contas externas brasileiras, caso sejam removidos alguns entraves e seja criado um ambiente mais favorável para a expansão da produção e das exportações.

Colocar a questão cambial no centro das discussões sobre o desempenho da agricultura no setor externo, bem como elemento crucial na formação da renda, não tem sentido. Na verdade, seria repetir os mesmos erros do passado, em que se tentava resolver todos os problemas competitivos dos produtos brasileiros via câmbio. Isso apenas aumentou o risco cambial, prejudicando a entrada de capitais externos e o fluxo de investimentos produtivos e sem dúvida postergou medidas importantes em áreas onde o Brasil realmente sempre teve desvantagem competitiva: infra-estrutura e tributação.

Nos últimos cinquenta anos pode-se dizer que o governo brasileiro adotou praticamente todos os regimes cambiais conhecidos. Particularmente em termos de desvalorizações cambiais já se fez de tudo: mini, maxi, midi, pré-fixação, pós fixação etc. Se realmente elas fossem tão eficazes como muitos tentam fazer crer, o Brasil estaria hoje na linha de frente do comércio internacional. Aconteceu justamente o contrário. Em 1970 a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais era de 0,96%. Em 1996 caiu para 0,85%. E, entre as principais economias mundiais, a brasileira é a que apresenta a menor relação exportações/PIB (menos de 8%).

Atualmente as discussões envolvendo o câmbio são muito semelhantes às discussões envolvendo a situação da agricultura, cujos interesses político-ideológicos se misturam com interesses comerciais. O consenso em algumas áreas é de que o câmbio está sobrevalorizado. Todavia, o elevado coeficiente de dispersão entre as estimativas de sobrevalorização publicadas na imprensa (que variam entre 5% e 35%), mostram que existe uma grande confusão metodológica em torno do assunto.

De qualquer forma, o erro mais comum tem sido dizer que, o câmbio foi sobrevalorizado no início do Real porque a cotação do dólar chegou a R\$ 0,83, e que isso elevou a taxa de juros. Como se sabe, em qualquer economia, a taxa de juros é que determina o câmbio e não o contrário. Consequentemente, nenhum mercado de moedas no mundo é completamente livre, no sentido clássico. Toda vez que um Banco Central muda a taxa de juros básica, tal fato tem reflexos imediatos no câmbio. Portanto, o equilíbrio do mercado de câmbio no tempo "t" ocorre a uma determinada taxa de juros. No Brasil, em 1994/95, ocorreu justamente isso: como parte da política de ajuste o governo fixou a taxa de juros num patamar extremamente elevado, e o mercado fixou a taxa de câmbio nos níveis observados. Quando há movimentos especulativos

contra a moeda, logicamente o governo tem que ter reservas suficientes para manter a paridade cambial desejada.

Da mesma forma, deflacionar a taxa de câmbio para obter o "câmbio real", usando o IGP-DI, como aparentemente foi feito no trabalho de avaliação do Plano Real e da agricultura⁽⁴⁾ é enganoso, pois incorpora o problema do índice, e termina mostrando uma elevada correlação entre câmbio e renda agrícola, quando se sabe que apenas uma pequena parcela da produção agrícola brasileira é exportada.

A rigor, o mercado do câmbio funciona como qualquer mercado, e a taxa do câmbio é o preço do produto transacionado, ou seja, moedas de diversos países. A exemplo do mercado de produtos, a taxa tende a refletir as condições de oferta e demanda.

A experiência mostra que, quando o governo intervém no mercado para controlar preços (geralmente por meio de tabelamentos), os produtos desaparecem das prateleiras (como na época do Plano Cruzado) e criam-se duas instituições intimamente ligadas entre si: mercado negro (ou paralelo) e filas.

Como os preços não podem flutuar livremente, a diferença entre o preço oficial e o preço no paralelo conhecido como "ágio" é que reflete as condições de oferta e demanda.

No mercado de moedas a situação é semelhante, e o "spread" entre a taxa oficial e a do mercado paralelo indica as condições de oferta e demanda ou índice de sobrevalorização. No passado, quando esse "spread" chegava a índices muito elevados, o governo providenciava uma "maxi ou "midi" desvalorização. Muitos questionam a cotação no paralelo como indicador das condições reais do mercado, mas em épocas anteriores, e mesmo em passado recente, sempre que o governo decidia compensar uma defasagem cambial, encostava a taxa oficial nos níveis

⁽⁴⁾ Ver "O Plano Real e a Agricultura: uma Avaliação op. Cit. pág. 3

praticados no mercado negro.

Com o advento do Plano Real, o Governo Federal decidiu mudar a política cambial, e adotou algumas medidas que praticamente eliminaram o mercado negro e as restrições à compra de divisas. Como então definir uma situação de sobrevalorização e sobretudo como medi-la? Vincular o câmbio diretamente à taxa de inflação doméstica não é um método aconselhável, pois nem sempre as variáveis que comandam o câmbio são as que influem na formação dos preços internos. Durante o período inflacionário essa vinculação ocorria porque o dólar era o principal valor de referência e o principal indexador da economia.

De qualquer maneira, a crise mexicana e a mudança desastrosa no câmbio em maio de 1995 mostraram que a política cambial continua sendo, no Brasil, um elemento altamente sensível no processo de estabilização. Em uma economia indexada por tanto tempo, como a brasileira, a âncora cambial foi decisiva no combate à inflação inercial e continua sendo vital para manter a confiança na moeda. Portanto, além das dúvidas acerca do real alcance de uma mudança significativa na política cambial sobre a balança comercial, e a certeza de que uma mudança profunda pode comprometer todo o esforço de estabilização, no atual contexto, a melhor postura para aumentar as exportações seria conferir ênfase nas outras alternativas capazes de melhorar a posição competitiva do Brasil, notadamente na infra-estrutura, na tributação e nas leis trabalhistas. Além disso, uma desvalorização cambial por mais técnica que seja nunca é suficiente. A evidência mostra que iniciando-se o

processo, logo a economia entra num círculo vicioso difícil de romper em que a desvalorização gera inflação e a inflação gera desvalorização.

Outro ponto objeto de constantes destaques nas discussões é de que como o setor agrícola foi prejudicado por uma brutal transferência de renda após o Real, a estabilidade dos preços agrícolas (a âncora verde) só teria sido possível mediante aumento maciço das importações.

Também nesse caso os dados mostram uma situação diferente. Tomando por exemplo a relação importações/PIB constante no Quadro 6, observa-se que, mesmo após a abertura da economia, a relação pouco mudou.

No primeiro ano do Real (1994) a relação permaneceu a mesma de 1993. Em 1996 e 1997 passou para 0,8%. Evidentemente, o exagero está em se responsabilizar um volume de importações, que não chega a 1% do PIB, pela estabilização dos preços agrícolas no mercado interno e, portanto, pelo sucesso do Plano Real. Como assinalado antes, a última vez que o governo tentou controlar os preços agrícolas inter-

nos via importações, durante o Plano Cruzado, o fracasso foi total.

5-As Relações de Troca

As relações de troca envolvendo principais produtos (algodão, arroz irrigado, feijão, milho, soja e trigo), ou seja, a quantidade necessária de cada produto para adquirir uma tonelada de fertilizante ou um trator, no período situado entre 1992 e 1997, está no Quadro 7.

O Quadro 7 mostra uma situação favorável para todos os produtos, menos para o milho, em termos de fertilizantes. Em 1992, por exemplo, eram necessárias 52,6 arrobas de algodão para se comprar uma tonelada de fertilizante e 7.200 para comprar um trator. Atualmente, precisa-se de 35,2 arrobas para adquirir uma tonelada de fertilizante (uma melhoria de 44,1% nos termos de troca) e 3.336 arrobas para se adquirir um trator (uma melhoria de 53,7% nos termos de troca).

No arroz, em 1992 precisava-se de 30,3 sacos para adquirir uma tonelada de fertilizantes, no feijão 13,6 sacos, no milho 48,4 sa-

Quadro 6
Produto Interno Bruto e Importações Agrícolas

	A-PIB	B-Importações	B/A
1987	282.357	1,3	0,4
1988	305.707	0,9	0,2
1989	415.919	1,9	0,5
1990	445.919	2,3	0,5
1991	386.185	2,7	0,7
1992	374.324	2,2	0,6
1993	430.266	2,8	0,7
1994	561.305	4,0	0,7
1995	718.495	5,8	0,8
1996	749.142	6,1	0,8

Fonte: Banco Central - Secex

Quadro 7
Relações de Troca

Ano	Algodão		Arroz		Feijão		Milho		Soja		Trigo	
	Fert	Trat	Fert	Trat	Fert	Trat	Fert	Trat	Fert	Trat	Fert	Trat
1992	52,6	7200	30,3	3496	13,6	1585	48,4	5618	24,6	3039	34,9	4040
1993	36,1	5044	25,8	3149	9,8	1189	37,2	4514	19,9	2538	29,8	3387
1994	32,8	3984	22,4	2429	6,1	674	38,6	4269	20,1	2328	31,3	3478
1995	36,4	4240	27,4	2723	9,9	1038	45,9	4757	24,0	2737	28,6	3017
1996	39,3	3673	29,3	2342	10,5	865	43,9	3590	21,3	1901	28,2	2283
1997	35,2	3364	27,7	2314	10,9	933	52,4	4339	19,5	1785	35,1	3011

Fonte: CONAB

Obs.: Os valores de algodão referem-se a arroba de 15 kg e os demais produtos sacos de 60 kg.

cos, na soja 24,6 sacos e no trigo 34,9 sacos. Atualmente precisa-se de 27,7 sacos de arroz (uma melhoria de 8,6%), 10,9 sacos de feijão(uma melhoria de 19,9%), 52,4 sacos de milho (uma perda de 8,2%), 19,5 sacos de soja (uma melhoria de 21,8%) e 35,1 sacos de trigo, praticamente a mesma relação de 1992.

Com relação a tratores, a melhoria nos termos de troca para os demais produtos acompanhou a do algodão. No arroz a melhoria foi de 34,8%, no feijão de 41,1%, no milho 22,8%, na soja 41,6%, e no trigo 35,5%.

6. O Emprego na Agricultura

Como no caso da renda agrícola, recentemente, a imprensa especializada, alguns setores do Congresso Nacional e do mundo acadêmico e algumas associações de classe têm dado especial atenção à situação do emprego na agricultura.

Como é do conhecimento geral, os dados oficiais sobre o comportamento do mercado de trabalho na agricultura são extremamente precários, pois não mostram com clareza e precisão o impacto das mudanças estruturais no setor, tanto no sentido da liberação de mão-de-obra como na geração de novos empregos.

A maioria das análises sobre o emprego de mão-de-obra na agricultura utilizam uma metodologia simples que é calcular o nível de ocupação agrícola em função da área plantada, usando alguns índices que mostram o número médio de pessoal ocupado por hectare. Com base em dados do PNDA, o número de pessoas ocupadas na agricultura em 1995 (último dado) é de 18.154 mil pessoas. Com uma área plantada estimada em 50,3 milhões de hectares para lavouras naquele ano, chega-se ao coeficiente médio de 0,36 ocupação por hectare. Com base nesse índice, entre 1989 e 1993 (quando a área caiu de 54,6 milhões de hectares para 46,0 milhões) a agricultura teria perdido aproximadamente 3,1

milhões de postos de trabalho. Com a recuperação da área a partir de 1993 (entre esse ano e 1997 a área passou de 46,1 milhões de hectares para 49,7 milhões) teria havido um ganho de 1,3 milhão. Gerando, então, um desemprego líquido de 1,76 milhão no período 1989/97.

Usando-se o índice de 1,5 ocupação por hectare (utilizado pelo IBGE em recente estudo) chega-se a números completamente diferentes. Entre 1995 e 1996, por exemplo, como a área caiu perto de um milhão de hectares o estudo do IBGE estima que o setor rural perdeu 1,5 milhão de empregos. Pelo outro método o número seria 320 mil empregos, ou seja, 1.180 mil a menos.

Afora essas diferenças metodológicas que agravam mais ainda a carência de informações concretas e confiáveis sobre o situação do emprego rural, existem outros pontos que devem ser levados em consideração nas avaliações sobre o mercado de trabalho na agricultura, entre os quais podem-se destacar os seguintes:

1 - Quando se estabelece uma relação direta entre área cultivada e emprego não se capta as mudanças estruturais que ocorrem dentro do setor, tanto em termos de criação de empregos em setores que geram produtos de alto valor específico (hortigranjeiros de um modo geral), que ocupam pequenas áreas e estão em grande expansão devido à estabilização da economia, como em termos da liberação de mão-de-obra, no chamado desemprego tecnológico.

2 - A utilização de um índice médio também pode distorcer bastante a avaliação, pois coloca dentro do mesmo cálculo setores ou produtos que são altamente intensivos de capital como soja, trigo e outros, com setores que são mais intensivos de mão-de-obra como café, frutas e verduras.

3 - Também a utilização do ano base para efeito da avaliação é importante. Os anos finais da década de oitenta, principalmente 1988 e

1989, foram bastante atípicos, nos quais houve grande expansão de área em função de uma superoferta de crédito em algumas regiões. Estudos existentes mostram que alguns produtores receberam uma quantidade de crédito até duas vezes superior às necessidades técnicas indicadas pelo VBC.

4 - Tomando-se como base o primeiro ou segundo ano da década de noventa, e utilizando-se o índice 0,36 ocupação por hectare, o nível de ocupação teria permanecido praticamente o mesmo, pois a área total passou de 49,9 milhões de hectares em 1990 para 49,7 milhões em 1997.

Todavia, o aspecto mais relevante com relação ao mercado de trabalho na agricultura diz respeito ao papel do agribusiness ou de toda a cadeia produtiva na geração de empregos, visto tanto em termos das ligações para trás (fornecimentos de insumos) como para a frente (agroindústria, supermercados, mercearias, feiras, restaurantes etc.). Como se sabe, quanto maior for a produção agrícola, maior tende a ser o volume de atividades do agribusiness.

Segundo estimativas existentes, o PIB do agribusiness (que inclui o PIB agrícola) situa-se em torno de 40% do PIB brasileiro. Considerando-se a previsão do PIB brasileiro para 1997 no valor aproximado de US\$ 780 bilhões, isso significa que o PIB do agribusiness deverá situar-se ao redor de US\$ 310 bilhões. Com o PIB estimado de US\$ 80 bilhões, o setor agropecuário absorve 26% da população economicamente ativa (PEA), ou mais de 18 milhões de pessoas. Com um PIB quase três vezes maior, qual a percentagem da PEA que é absorvida pelo restante do agribusiness (US\$ 230 bilhões)?

Evidentemente, trata-se de uma pergunta de difícil resposta devido à grande diversidade de atividades e situações que caracterizam o agribusiness no Brasil e, portanto, à falta de informações específicas so-

bre o nível de absorção de mão-de-obra em cada tipo de atividade. Como foi mencionado, o agribusiness engloba desde setores altamente intensivos de capital como a indústria de insumos e equipamentos agrícolas, o processamento de produtos agrícolas, indústria de rações, armazenagem etc., e setores mais intensivos de mão-de-obra como supermercados, restaurantes, feiras, mercearias, etc.

Segundo dados (obtidos de relações do tipo insumo/produto) apresentados em seminário por S. Najberg e S. A. Vieira, autoras do trabalho "Modelos de Geração de Empregos Aplicados à Economia Brasileira: 1985-95", publicado na Revista do BNDES (junho 96), para cada ocupação na agricultura corresponde uma ocupação no agribusiness. Nesses termos, o agribusiness estaria empregando também cerca de 26% da PEA ou mais de 18 milhões de pessoas.

A despeito de, junto com o setor agrícola, o agribusiness empregar a cifra considerável de 52% da População Economicamente Ativa do País (ou mais de 36 milhões de pessoas), o cálculo acima aparentemente subestima a capacidade de geração de empregos do setor. Apesar de englobar atividades altamente intensivas de capital, grande parte do agribusiness é composta de supermercados, lojas, confecções, feiras, restaurantes, mercearias, bodegas, bares, padarias, açougues etc., que de uma maneira geral são intensivos de trabalho. Como então pode um setor que gera um produto real de mais de US\$ 230 bilhões

empregar o mesmo número de pessoas que um setor que gera um produto real de US\$ 80 bilhões e no qual algumas das principais atividades não são propriamente do tipo intensivas de mão-de-obra?

Outro ponto importante diz respeito à relação funcional entre o emprego na agricultura e no agribusiness. Como foi visto, as metodologias acima colocam o trabalho agrícola como função da área plantada. No agribusiness o nível de atividade (e portanto de emprego) depende do nível de produção. Quanto maior a produção agrícola maior a geração de empregos no agribusiness. Dessa forma, mesmo a expansão da produção agrícola em setores intensivos de capital tem efeitos positivos em termos de utilização de mão-de-obra em atividades ligadas à agricultura.

No estudo mencionado acima, as autoras listam os setores da economia brasileira, com maior capacidade de resposta a choques exógenos de investimentos, em termos da criação de empregos. Das dez atividades listadas, a primeira é a agricultura (lavouras e pecuária) e das outras nove apenas uma não pertence ao agribusiness (serviços domésticos, em oitavo lugar). Pela ordem de importância, os setores com maior capacidade de resposta são os seguintes: 1-agricultura (lavoura e pecuária); 2-confecções (artigos de vestuário); 3-indústria do café; 4-abate de animais; 5-laticínios; 6-beneficiamento de vegetais; 7-agroindústria do açúcar; 8-serviços domésticos; 9-indústria de óleos vegetais e 10-madeira e mobi-

liário. Vale notar que a lista acima não se refere à posição da atividade em si, mas à sua capacidade dinâmica de gerar empregos em toda a cadeia do agribusiness.

De qualquer maneira, a baixa qualidade das informações sobre o mercado de trabalho na economia brasileira como um todo, e na agricultura (e no agribusiness) em particular, mostra a necessidade urgente de se desenvolver pesquisas, estudos e novas metodologias de cálculo para reduzir ou mesmo eliminar o elevado grau de abstração e de especulação que cerca os trabalhos sobre o emprego no setor rural.

Para reduzir o problema do emprego na agricultura várias ações de caráter estrutural e institucional podem ser implementadas. Entre as mais importantes podem ser citadas as seguintes: 1 - melhorar a transferência de bens públicos (educação, infra-estrutura, pesquisa, saúde) para aumentar o grau de mobilidade da mão-de-obra rural; 2 - estimular atividades que são relativamente intensivas de mão-de-obra e que apresentam elevado padrão competitivo, como produção de frutas, granjas etc. Nesse ponto vale chamar a atenção para uma atividade agrícola que já movimentava quase US\$ 10 bilhões no mercado internacional e que pode ser produzida em larga escala no Brasil, empregando-se métodos tradicionais de produção: a agricultura orgânica ou natural; 3 - mudar a atual legislação trabalhista, que, sem dúvida nenhuma, representa o maior fator de geração de desemprego, tanto na agricultura quanto no resto da economia.